

RUA ALVARES MACHADO

Designada em 11-12-1871

Formada pela antiga rua Deserta

Início nos trilhos da Fepasa junto à avenida Aquidab

Término no terminal de ônibus junto à Praça Carlos E
telho no Mercado Municipal

Centro

Obs.: Por ato da Câmara esta via foi oficializada co
o nome de rua Deserta em 1848. Por indicação do vereador Corrêa Dias,
partir de 11-12-1871 recebeu o nome de Álvares Machado. Com as transfo
mações havidas na área do Mercado Municipal, parte do final da rua foi
desapropriada, e a via que terminava na rua Marechal Deodoro passou a
limitar-se com a área de estacionamento de ônibus.

ÁLVARES MACHADO

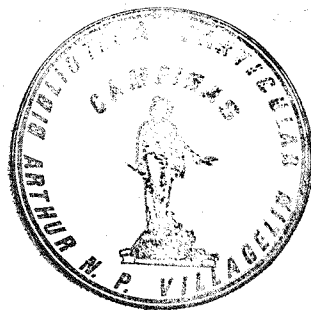
Francisco Álvares Machado de Vasconcelos nasceu em São Paulo em
21-dezembro-1791 e faleceu em Niterói em 04-julho-1846, sendo sepulta
do no mosteiro de São Bento. Era filho do cirurgião-mor Joaquim Theobal
do Machado e Vasconcelos e Maria Álvares de Siqueira Bueno, descendente
de Amador Bueno, o Aclamado. Foi casado com Cândida Maria de Vasconce
los Barros com quem teve dois filhos. Álvares Machado assentou praça
num dos corpos da guarnição de São Paulo, obtendo emprego na farmacia
e depois no hospital da milícia. Indo para Santos teve importante par
ticipação na cura de um marinheiro inglês, fazendo-lhe com êxito, a tre
panação do cérebro, a ponto do comandante do barco pretender levá-lo
para a Europa ao que se opôs o govêrno da capitania. Seu pai encontra
va-se em Itú, indo Álvares Machado ao seu encontro, auxiliando-o no tr
tamento dos doentes. De Itu foi para Porto Feliz e a exemplo das cida
des anteriores, praticou operações de vulto que lhe conferiram fama.
Dessa cidade transferiu-se em 1828 para a florescente Vila de São Car
los, tendo aqui sido cirurgião e se estabelecido com farmácia, à qual, a
mitiu como prático Joaquim Corrêa de Melo, o "Quinzinho da Botica". A e
te ajudou ir estudar no Rio de Janeiro onde diplomou-se em farmacia pe
la Faculdade de Medicina, em 1836, ano que voltou para Campinas, tornan
do-se sócio da farmácia do seu benfeitor. Álvares Machado, logo que a
qui chegou formou um clube partidário, que de 1828 a 1836, muito influ
iu na vida política do país. Em nosso meio prestou reais serviços à ca
sa pública. Em 1829, já era Juiz Ordinário Adjunto. Nos Conselhos Ge
rais da província, tomou parte como suplente na primeira legislatura e
como efetivo nas duas seguintes. Depois, foi deputado provincial nas

Rua Álvares Machado

Fls. 38

duas primeiras legislaturas. Em 28-maio-1833 presta juramento como promotor público da Vila de São Carlos e a 07-setembro do mesmo ano officia à Câmara local, declarando demitir-se do emprego, por ter sido eleito deputado geral para a 3a. legislatura (1834-1837). E passou a residir no Rio, ocasião em que foi intermediário na compra de uma tipografia para Hercules Florence, seu genro, a primeira que veio para Campinas e foi adquirida por 800\$000. Esta mesma que mais tarde de propriedade dos irmãos João e Francisco Teodoro, imprimiram o primeiro jornal da cidade a "Aurora Campineira". Os anais da Câmara estão repletos de referência à atuação de Álvares Machado, mostrando-o orador eloquente e incisivo, forte no estilo irônico e com muitas e grandes vitórias no parlamento. No decorrer da quarta legislatura, novamente eleito, fez-se ouvir nos debates sobre a reforma eleitoral e a Maioridade. Em 1840 é feito presidente do Rio Grande do Sul, para o fim de pacificar aquele Estado, devido o levante ali ocorrido e o desejo de proclamarem a República de Piratinim. Tomou posse em 30-novembro daquele ano. Entendeu-se com os chefes insurgentes, conseguindo que grande contingente humano depusesse as armas. Todavia, seu êxito não foi completo. Por haver usado de benevolência no trato do inimigo-irmão, muitos o trataram por traidor. Eleito ainda para a 5a. legislatura, não chegou a tomar posse de sua cadeira de deputado, pela dissolução da Câmara, o que deu causa à rebelião de São Paulo e Minas no ano de 1842. Eleito para a 6a. legislatura, Álvares Machado, já doente, proferiu a 05-abril-1845 inflamado discurso, através do qual se defende das ultrajantes calúnias lançadas pelos gaúchos à sua atuação à frente do governo daquele Estado. Voltou à tribuna para falar sobre as eleições de 3 de dezembro e sobre a cúria romana. O governo imperial condecorou-o com a Comenda de Cristo.

(Designação dada em 11-12-1871)



Rua Álvares Machado

Conceição Arruda TOLEDO

Como havia prometido voltar a falar sobre as ruas de nossa cidade, lembrando um pouco as figuras dos personagens que lhes emprestam o nome, e fizera referência a Alvares Machado, tomei como ponto de partida essa rua do centro, com início na Rua Uruguaiana, n.º 9.

Afinal, quem foi Alvares Machado? Que fez ele? Em que campo projetou seu nome? Teria merecido, de fato, a honra que lhe ofereceu a Municipalidade, perpetuando seu nome ao denominar com ele uma de suas artérias centrais?

Confesso que o relato que irei fazer, descobri-o por acaso. Lendo um livro sobre Hércules Florence, — artista, cientista, inventor francês, — que viveu diversas décadas no Brasil, tendo descoberto aqui em Campinas a fotografia, oito anos antes que Daguerre, e a quem nossa cidade deve a primeira oficina tipográfica, montada em 1832, e da qual se originou o primeiro jornal de Campinas, comprada que foi pelos irmãos João e Francisco Teodoro (nomes que denominam ruas da Vila Industrial, e que também ninguém sabe porque, e quem foram!), lendo esse grosso volume de Estevam Leão Bourroul, que foi concessionário dos Anais Paulistas pelos idos de 1900, tivemos oportunidade de conhecer fatos importantíssimos da História do Brasil, e preeminentes patrícios nossos, como Alvares Machado, Correia de Mello e outros.

Francisco Alvares Machado nasceu na capital de São Paulo a 12-12-1791. Filho do cirurgião-mor Joaquim Theobaldo Machado e Vasconcelos e dona Maria Alvares da Silva Bueno, — descendente de Amador Bueno da Ribeira, — aquele que rejeitou a coroa de rei de S. Paulo, por fidelidade a seu rei, em 1.º de abril de 1641.

Nesse tempo não havia escolas de Medicina no Brasil. Como fosse muito inteligente e habilidoso, e filho de importante cirurgião, foi mandado para trabalhar em Santos no Hospital Militar. Quando contava 18 anos, um marujo de baleeira inglesa, ancorada no porto, sofreu um acidente, caindo de um dos mastros ao convés, fraturando o crânio. O capitão pediu com urgência um médico. Quando Alvares Machado se apresentou, não inspirou a mínima confiança. Depois de um relato minucioso da operação que iria fazer, e de demonstrar seus conhecimentos médicos, falando sobre os melhores cirurgões ingleses, foi-lhe entregue o marujo, que foi submetido a trepanação do cérebro e salvo. Em reconhecimento à sua perícia; foi convidado a ir à Inglaterra para estudar, mas o Governo de São Paulo confiou-lhe outra missão, impedindo-lhe a realização da viagem.

Alvares Machado possuía certificado outorgado por seu professor de Medicina em São Paulo, que lhe permitia o exercício da profissão, e valia como uma Patente Real de médico-cirurgião.

Foi considerado um dos mais hábeis ci-

rurgões de seu tempo, comparado com superioridade, ao dr. Thomás Gomes dos Santos, que era formado pela Faculdade de Montpellier, e apelidado a "Estrela do Brasil".

Cirurgião-mor em Pôrto Feliz, foi ali o amparo da pobreza. Exerceu a medicina também em Itu, realizando nessa cidade façanhas médico-cirúrgicas de tal vulto, que por si sós valiam para conferir-lhe o diploma de medicina.

Na vida pública não foi menor a sua atuação. Líder do Partido Liberal de toda esta região, fez parte da Assembleia Legislativa Provincial, da qual foi presidente. Liberal esclarecido e monarquista sincero, foi eleito deputado geral na 3.ª, 4.ª e 6.ª legislaturas; — no exercício desta última morreu em 1846.

Os anais da Câmara dos Deputados, de 1835 a 1845, estão cheios de referências à soberba eloquência de Alvares Machado. Suas lutas no Parlamento quando na maioria de D. Pedro II, em 1840, foram decisivas.

No ano de 1835 o Rio Grande do Sul se levantou em armas, querendo proclamar a república de Piratiniim, trazendo à nação uma série incalculável de transtornos.

Alvares Machado, em 1840 foi escolhido como delegado do governo, para pacificar o Rio Grande do Sul. Entendeu-se com chefes insurgentes, conseguindo a deposição das armas de grande contingente humano. Seu sucesso não foi, porém, completo. Mas compreendido por aqueles que o julgaram traidor, por ter usado de benevolência no trato com o inimigo-irmão, preferiu na Câmara, a 5-4-1845, inflamado discurso, no qual se defende dessas ultrajantes calúnias. O Governo Imperial, consciente da fidelidade de Alvares Machado, ofereceu-lhe a Comenda de Cristo.

A 4 de julho de 1846, morreu no mosteiro de S. Bento, Alvares Machado, "uma das maiores glórias parlamentares, e cujo nome, com flagrante injustiça, anda hoje tão esquecido". (Teixeira de Mello).

Esse o homem que quase todos nós desconhecemos. O homem que, segundo Hércules Florence, (que ao chegar em Campinas hospedara cinco meses em sua casa), recitava Camões, Bocage, Dante, Petrarco, Tasso, Lamartine, de tal forma, que transmitira àquele, o gosto pela própria Literatura Francesa! Cujas conversações agradáveis e eruditas versavam sobre um sem número de assuntos. Que vibrava ante os atos decisivos da vida nacional, tomando partido abertamente, mesmo correndo riscos. Que sabia ser justo e humano ao mesmo tempo, jamais abusando do prestígio e do poder. Que foi amparo da pobreza; amigo da ciência e das artes. Enfim, uma personalidade marcante, que fez plenamente jus à honraria que a Câmara Municipal de Campinas lhe ofereceu, dando o seu nome a uma de nossas ruas centrais.

Reverenciemos, pois, a sua memória, e relatemos seus feitos, para que ninguém passe indiferente ante aquela placa que perenizou a figura de um verdadeiro Homem!



ANPV 12704

EFEMÉRIDES CAMPINEIRAS

TRANSCORRE HOJE O ANIVERSÁRIO DO FALECIMENTO DE ALVARES MACHADO

No dia de hoje, no ano de 1846, falecia em Niterói, a uma hora da madrugada Francisco Alvares Machado de Vasconcellos, homem que notabilizou por ser um cirurgião de grande valor, além de político de rija tempera, gozando de extraordinária influência no partido liberal daquela época. Como seu pai, Francisco Alvares Machado, desde moço, revelou decidida vocação para a arte de curar, sendo nela inúmeras os seus triunfos. Habilitado ou não em cirurgia, perante o proto-medico em Itá, onde residiu por algum tempo, o certo é que adquiriu brilhante reputação, maxime como oculista. Casado, residia em Porto Feliz, passando para a então florescente Vila de São Carlos (Campinas), tendo aqui formado um clube partidário, que de 1828 a 1836, muito influíu na vida política do país. Em nosso meio, prestou reais serviços à causa pública, e o governo o chamou para os mais altos postos. Assim, nos conselhos gerais da provincia, criados em virtude dos artigos 71. a 89 da Constituição, tomou parte, como suplente na primeira legislatura e como efetivo nas duas seguintes. Ao depois foi deputado provincial, também nas duas pri-

meiras legislaturas. Depois de ter sido eleito deputado geral para a terceira legislatura passou a residir no Rio de Janeiro, onde foi intermediário para a compra de uma tipografia para Hercules Florence, seu genro. Orador eloquente e incisivo, — diz dele um biografo — forte no estilo irônico, conseguiu muitas e grandes vitórias no parlamento, como facilmente verifica quem percorre os Anacs da Câmara dos Deputados nessas épocas agitadas da nossa história política. No decorrer da quarta legislatura, eleito novamente, fez-se ouvir nos debates sobre a reforma eleitoral e a Maioridade. Logo depois Alvares Machado é feito presidente do Rio Grande do Sul. Empossado a 30 de Novembro de 1840, sua administração foi curta, mas benéfica. Eleito ainda para a quinta legislatura, não chegou a tomar posse de sua cadeira de deputado, pela dissolução da Câmara, o que deu causa à revolução de São Paulo e Minas no ano de 1842.

Em 1845, já doente, Alvares Machado ainda falou diversas vezes, sobre a lei das eleições, sobre a de 3 de Dezembro e sobre a carta romana. Em seu testamento, feito em Niterói, declara Francisco Alvares Machado de Vasconcellos ser natural de São Paulo, nascido a 21 de Dezembro de 1791. Pelos inúmeros e grandes benefícios prestados à Campinas, prestamos hoje homenagem ao benemérito da cirurgia e da politica de nossa cidade e do Brasil.

A CÂMARA MUNICIPAL EM HONRA À SUA MEMÓRIA,
DEU-LHE SEU NOME À ANTIGA RUA DESERTA, EM 11-12-1871.
FAL. EM NITERÓI A 04-07-1846, SENDO ENTERRADO NO
MOSTEIRO DE SÃO BENTO
NOMEADO PRESIDENTE DO RIO GRANDE DO SUL, TOMOU
POSSE A 30-11-1840.



PEQUENA BIOGRAFIA DE ÁLVARES MACHADO

Aqui na Vila de São Carlos, para onde se mudou aproximadamente em 1828, foi êle "cirurgiam nesta Villa", sendo dentre outros, médico do Reverendo Padre Francisco Xavier de Siqueira Leite Barros, pelo espaço de oito meses (18 de agosto de 1827), tendo nêle praticado operações, por onze vêzes, das chamadas então, operação de "algalia" ou melhor "algalia". Seu trabalho durante todo êsse período ficou em 180\$000! Já em 1829 era aqui Juiz Ordinário Adjunto, e, embora mudado para a Côte (1835), aqui continuou residindo sua espôsa dona Cândida Maria de Vasconcelos Barros, pelo menos até 1835,

No arquivo do primeiro tabelionato desta cidade (hoje titular o sr. Antônio Campagnone (1958), há tempos, a gentileza do nosso amigo Tristão Grellet nos proporcionou a leitura, entre outros, do inventário de Francisco Álvares Machado de Vasconcelos, um dos mais distintos homens que tem residido em Campinas.

Como se sabe, notabilizou-se Álvares Machado por ser um cirurgião de valor, além de político de rija têmpera, gozando de extraordinária influência no Partido Liberal.

Sua ascendência paterna foi a seguinte — (remonta Benedito Otávio ao nome de Antônio de Oliveira Leitão): Cavaleiro fidalgo da casa Real, português, feitor da Capitania de S. Vicente e loco-tenente do donatário Martim Afonso de Souza, depois Capitão-mor e governador, que trouxe de volta de uma viagem ao reino, sua mulher Genebra Leitão de Vasconcelos e seus filhos, tornando-se ancestral dos Oliveiras, da capitania citada.

Chega, afinal, o historiador à letra ("g"), quando o cirurgião-mor Joaquim Teobaldo Machado de Vasconcelos, em S. Paulo, em 1790, casa-se com d. Maria Álvares de Siqueira Bueno, filha do capitão Antônio Álvares de Siqueira e de Maria Bueno da Conceição, esta descendente direta de Amador Bueno, o Aclamado. Como seu pai, Francisco Álvares Machado de Vasconcelos revelou desde moço decidida vocação para a arte de curar e seus triunfos na espécie foram numerosos. Habilitado ou não em cirurgia, perante o "proto medicato" em Itu, onde residiu algum tem-

po, certo é que adquiriu brilhante reputação, máxime como oculista. Chamavam-no a serviço para longínquos lugares, diz Azevedo Marques, pois a sua fama se estendera por toda a parte. De uma vez, conta-se, tendo operado cura maravilhosa num matujo de navio inglês, em Santos, o capitão do barco quis levá-lo para estudar na Europa, ao que não assentiu o jovem cirurgião, que mais tarde chegou a ser médico da Imperial Câmara. Casado, residiu em Póto Feliz, aí tendo obtido importante sesmaria, cuja posse deixou caducar. Passando-se para a florescente Vila de São Carlos, aqui formou um clube partidário que, de 1828 a 1836, muito influiu na política geral do país.

Em nosso meio, prestou êle reais serviços à causa pública, e o governo o chamou para os mais altos postos. Assim, nos Concelhos gerais da Província, criados em virtude dos arts. 71 e 89 da Constituição, tomou parte, como suplente, na primeira legislatura (1828) e como efetivo nas duas seguintes (1830-1834). Ao depois foi deputado provincial, também nas duas primeiras legislaturas (1835-1839), logo após a criação das Assembleias Provinciais, cujas atribuições em parte, aquêlê Concelho tinham.

Alvares Machado, que a 28 de maio de 1833, prestára juramento como promotor público da Vila de S. Carlos, a 7 de setembro do mesmo ano officiou à Câmara local, declarando demittir-se do emprêgo, por ter sido eleito Deputado geral para a terceira legislatura (1834-1837). E passou a residir no Rio de Janeiro, onde foi intermediário na compra da typografia de Hércules Florence, seu genro, a primeira que veio para Campinas, a foi adquirida por 800\$000 (6.º volume).

Orador eloquente e incisivo, diz dêle um biógrafo, forte no estilo irônico, conseguiu muitas e grandes vitórias no Parlamento, como facilmente se verifica quem percorre os Anais da Câmara dos Deputados dessa época agitada de nossa história política. Em quase todas as questões aventadas no Parlamento Alvares Machado tomou a palavra e, dentre outras; na do banimento do ex-imperador D. Pedro I e na reforma Constitucional.

Na discussão da primeira, por exemplo, em 7 de maio de 1834, afirmou o notável orador que "a nação brasileira e com particularidade sua Província não queriam D. Pedro no Brasil, nem como Regente, nem como cidadão brasileiro, porque já não o era, nem como estrangeiro (Anais, 1834, fls. 67).

Acompanhou depois os debates sobre a reforma eleitoral, a maioridade, etc., em companhia de Andrada Machado, e, depois, em 1840, era Alvares Machado feito presidente do Rio Grande do Sul, então a braços com a guerra civil que criara a República de Piratini. Empossado a 30

de novembro foi curta sua administração, embora tenha sido recomendado com a Ordem do Cruzeiro pelo Governo. Quanto a rebelião na região sulina eis o que disse êle aos seus pares na antiga Câmara alta do país.

"... Não era chegado ainda o tempo em que todos os brasileiros esclarecidos pela experiência digam, abraçando-se: "basta de divisões". "basta de sangue, basta de carnagem"? Dar-se-á o caso de que os dissidentes, os ex-rebeldes do Rio Grande sejam mais brasileiros, mais generosos do que nós? Que tenham mais patriotismo de que os representantes da Nação? Vendo o estrangeiro ameaçar os muros da pátria, como os Romanos, impuseram silêncio à divisão e à guerra civil; e nós os legisladores continuaremos em nossas deploráveis divisões!

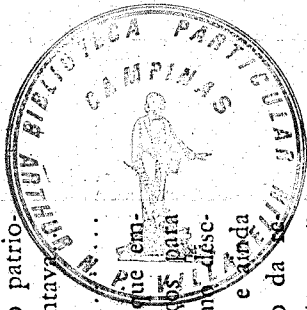
Em que batalha ficaram os rebeldes para sempre derrotados, quais de seus chefes caíram em nosso poder; quais os meios com que nulificamos definitivamente êsse novo Antêo? A rebelião do Rio Grande foi batida em várias partes e esmagada no Fanfa; mas levanta-se logo com mais força do que antes da sua queda; foi pois a política da reconciliação apoiada pela força, foi o patriotismo, foi o arrendimento, essa filha do céu quem guiou para o seio da pátria, para os braços do monarca os rebeldes do Rio Grande... e eu apresentei-me e, na província do Rio Grande do Sul com a intenção de desempenhar a política da razão, a política do patriotismo, que falava aos rebeldes diante da força que lhes apresentava...

Dirigi-me a nossos irmãos dissidentes com a mesma lealdade que empregaria, se êles fôsem meus irmãos uterinos, fiz todos os esforços para conseguir a pacificação, mas não a pude obter completamente com a escarva; no entanto mil e duzentos dissidentes abandonaram o campo, e ainda trouxeram-nos alguma cavallhada; porém, a maior parte, o núcleo da rebelião não se rendia, a intriga diminuía minha força moral perante um e outro campo... lançaram mão de todos os ardis para nulificar a minha empresa!...

Oh! Calúnia horrenda! Eu entregar a província do Rio Grande do Sul à rebelião que já a calcinava no meio das lavas e dos horrores da guerra civil! Eu abandonar o terreno da pátria comum e tão grande número de irmãos à sorte de nossos contrêrneos à lingua espanhola! Eu, Paulista, delegado do governo faltar à fé de Brasileiro, desmentir a confiança do governo! Eu atraíçoar os interesses do Brasil, eu faltar à fé ao Monarca! Oh! horror! Onde o Brasileiro, onde o Paulista, que já fez isto!...

Rua Alvares Machado

Fls. 2



ANPV 1.210.6

No entanto, mil e duzentos rebeldes regressaram à vida pacífica e abandonaram o exército desesperado; mas eu me achava num estado de desânimo e abatimento tal, que estremecia com idéia de uma afronta feita a legalidade durante o meu governo; o alceve da entrega da Província aos rebeldes; a lembrança dos perigos de minha honra, no caso da tomada de Pouso Alegre era um fantasma ensanguentado que eu tinha diante de mim de dia e de noite. Fidelidade! Honra! Oh maravilhas do céu! Vós éreis naqueles instantes de amarguras os objectos dos meus cuidados e tormentos!

Como, no caso possível, de uma tomada de Pôrto Alegre, do Rio Grande ou S. José do Norte poderia eu provar minha inocência perante meu soberano, perante o Brasil, perante minha Província, minha família, meus amigos, meus parentes? A honra não é propriedade individual do cidadão; pertence também à todas as suas relações. Eu estremecia diante da fraqueza dos muros de Pôrto Alegre; no meio dos meus temores, eu já me contentava em conservar o que recebi, Rio Grande, S. José do Norte, Pôrto Alegre, em sítio e o terreno em que pisava o nosso exército... a imagem da perda de Pôrto Alegre me perseguia por toda parte e alterava para sempre minha saúde, até então vigorosa e forte; sete noites e sete dias sem comer e sem dormir minaram os fundamentos de minha existência.

...Coberito de injúrias e de calúnias, tenho guardado silêncio por cinco longos anos; entendi que esse sacrificio ainda devia fazer em prol da ordem pública na Província do Rio Grande, mas hoje que felizmente estão passados esses dias de luto e de amargura, hoje que sou recriminado pela imprudência, peço à Câmara que consinta em debuchar-lhe as cenas de tristeza que se passavam, na minha alma.

Não, eu não podia, eu não devia sobreviver a tomada de Pôrto Alegre, depois de tantos preconceitos pela mão da calúnia derramados contra mim; como, com que documentos provaria eu que não tinha faltado à fidelidade ao pai comum dos Brasileiros? Só a morte, só uma morte gloriosa podia deixar em repouso a minha honra, a única propriedade que não saíria criffo à interesses da pátria e do seu alto chefe.

Uma resolução nobre e sublime reanimou todas as molas da minha alma; eu me reconhecí de novo forte, sobranceiro aos meus inimigos e à seus miseráveis embustes; a teoria do interesse e do ateísmo acanha os espiritos, à teoria do justo, o sentimento religioso exalta a alma humana; ao figurar-se-me chegado às portas da eternidade, eu me achava como o homem forte das escrituras; minha alegria, minhas esperanças renasciam, e eu me inebriava com a idéia lisonjeira de ser o primeiro cidadão a correr

sobre os muros da heróica e ameaçada cidade de Pôrto Alegre; defendendo como um verdadeiro leão os muros da cidade, que me foi confiada, buscando como Codro uma morte gloriosa, eu esperava poder dizer morrendo, ao meu soberano: "Senhor, eu morro tão fiel a vós, como foram fiéis a seus reis os nobres cidadãos de quem descendo; nobres porque foram nobres seus serviços"; eu dizia aos legalistas: "Cidadãos, misturaria minhas cinzas com as cinzas dos valentes que morreram defendendo a pátria, o soberano, e a ordem pública!"

Essas foram as palavras pronunciadas pelo distinguído político paulista aos seus pares, dando contas de parte de sua administração à testa do governo sulino. Depois...

Escreveu Benedito Otávio que não era necessário repetir "o quanto Alvares Machado fez pela Maioridade, sendo um dos fortes corifeus da grei que levou a efeito o célebre golpe de Estado de 23 de julho de 1840. Vem de molde, todavia a consignar que, não podendo ser indifferente aos grandes debates dêsse tempo, a Câmara de Campinas se manifestou favorável à Maioridade. E, para o orgão de seu modo de sentir, escolheu exatadamente ao illustre deputado, em quem depositava a maior confiança. E o que se comprova com a transcrição do documento abaixo:

"A Câmara Municipal da Vila de São Carlos, apreciando os relevantes serviços prestados por V. S. a bem de nossa cara Pátria, especialmente para a declaração da Maioridade do Sr. Pedro II, ao assumir ao Governo do Império, se congratula com V. S. e envia a V. S. a felicitação inclusa, dirigida a S. M. V. C. para que V. S. tenha a bondade de entregá-la ao mesmíssimo Augusto Senhor. Deus guarde a V. S. Paço da Câmara de São Carlos, 9 de agosto de 1840. — Ilmo. Sr. Deputado Francisco Alvares Machado e Vasconcelos.

(aa) *Custódio Manuel Alves, Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, Joaquim Pereira Barreto, João Albertino de Seixas, José de Campos Souza.*

Dizia o documento:

"Senhor!

Aqui chegou a fausta notícia de estar V. M. I. e C. declarado maior, e empossado do Governo do Império. Nós seríamos pouco fiéis em exprimir os sentimentos dos habitantes dêsse



Município, se não declarássemos o prazer e o entusiasmo que a todos envolveu à vista de tal acontecimento. Senhor, o Brasil está cansado de sofrer tanto; atribui a maior parte de suas desgraças à dilatada minoridade de V. M. I. e C. Os céus, porém, que tão duramente tem olhado sobre nós, parece que com este Ato solene da declaração da maioridade de V. M. I. e C. quer ainda continuar a favorecer-nos. Os mesmos Céus se tornem propícios para com a augusta pessoa de V. M. I. e C. para que por meio de inteligência e retidão promova nossa felicidade como desejamos. Deus guarde a Sagrada Pessoa de V. M. I. e C. muitos anos. Paço da Câmara Municipal da Vila de São Carlos, da Província de S. Paulo, em sessão de 7 de agosto de 1840. De V. M. I. e C. Fiéis Súditos.

(aa) *Custódio Manuel Alves, Querubim Uriel Ribeiro de Camargo e Castro, Joaquim Pereira Barreto, João Albertino de Seixas, José de Campos Souza, Joaquim Quirino dos Santos, José Francisco Andrade.*

Entretanto, Alvares Machado nunca havia ocultado suas simpatias pelos rebeldes que, no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845, tanto trabalharam à Regência e ao Segundo Império, desde o início da entrada de D. Pedro II na posse de "seus direitos magestáticos", como então se dizia.

Na ascensão dos liberais ao poder, com o primeiro Ministério da Maioridade (24 de julho de 1840), também chamado gabinete de Antônio Carlos, julgou que uma anistia bastava para extinguir a célebre República de Piratini. Ninguém, pois, mais nas condições de tentá-lo do que Alvares Machado, entusiasta dos chamados "Estrélas do Sul". Foi, portanto, nomeado Presidente do Rio Grande do Sul, e levou, dizem, carta branca para entabolar negociações com os rebeldes.

Estes, quando Alvares Machado chegou a Pôrto Alegre, sendo empossado a 30 de novembro de 1840, achavam-se peço da cidade, em posição crítica, cercado pelos legalistas e quase num "beco sem saída".

Alvares Machado, conta a tradição, dirigiu-se ao acampamento dos republicanos, que o receberam festivamente e aí conferenciou com o famoso caudilho Bento Gonçalves da Silva.

Banquetearam-se à farta, e o Presidente da Província, na mesma noite da "interview", ou no dia seguinte, regressou à Capital convencido de que a paz estava feita.

E, procurando corresponder ao banquete que lhe haviam oferecido, apressou-se a comprar quanta marmelada havia em Pôrto Alegre e acompanhando-a de muitas caixas de vinho finos, com ela presentou os rebeldes.

Mas, estes apenas haviam fingido aceitar-lhes as propostas para a pacificação ganhando tempo, buscavam uma escapada, que se lhe deparou em breve. Achada esta, fugiram, de modo que, Alvares Machado, teve de interromper as negociações, furioso por ter sido ludibriado.

E tinha muita razão, tanto mais quanto as gazetas conservadoras da oposição, e principalmente o "Sete de Abril", redigido por Bernardo Pereira de Vasconcelos, aproveitaram o ensejo para dar a Alvares Machado a alcunha de "Presidente Marmelada".

Pode esse episódio ser uma invenção. Mas é fato que se deu o rompimento das preliminares de paz entabuladas e que Alvares Machado é que regeitou as propostas de Bento Gonçalves, como se vê de seu officio ao caudilho, em data de 8, e de sua proclamação aos riograndenses em data de 11 de dezembro de 1840. Seja como for, subindo ao poder o Gabinete de Conservador chamado Paranaguá (23 de março de 1841), Alvares Machado, que num lapso muito pequeno de tempo havia prestado serviços na administração daquela Província, pediu demissão e retirou-se do Rio Grande para São Paulo. E talvez fôssem os desgostos que teve nessa missão a causa de sua morte, cinco anos depois, visto como datam daquelle tempo os primeiros sintomas da moléstia cardíaca que o vitimou.

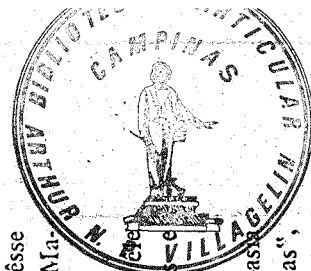
Dentre os muitos casos de sua vida parlamentar, não é sem interesse referir a luta que sustentou com Antônio Carlos Ribeiro de Andrade Machado e Silva, aliás, seu grande correligionário.

Em 1845, escolhido Antônio Carlos senador por Pernambuco, foi recebido cordialmente na Câmara alta por Bernardo de Vasconcelos e outros proceres do partido Conservador.

Alvares Machado cheio de indignação pelo que julgava uma aposta aos princípios liberais e, talvez, açulado por "pescadores de águas turvas", disse que:

"O primeiro cuidado do sr. Antônio Carlos, entrando no Senado, fôra ir beijar a mão do tinhooso..."

Esse nome do diabo, da gíria popular, tinha sido aplicado ao eminente chefe conservador acima mencionado.



Antônio Carlos, o tribuno fogoso de sempre, respondeu a Alvares Machado num discurso violento, declarando, entre outras coisas . . . :

"Foi êle nomeado Presidente do Rio Grande pelo Ministério de que eu fazia parte, contra minha vontade. Eu bem o conhecia e estava convencido de sua incapacidade. Porém, meus colegas que não o conheciam, insistiram e eu condescendi, talvez pela sua qualidade de paulista. Finalmente, de hoje em diante, fica levantado entre mim e êle, um muro de bronze."

Curiosos destinos: Antônio Carlos faleceu no Rio a 5 de dezembro de 1845 e foi inumado no mosteiro de São Bento; Alvares Machado morreu em Niterói e foi enterrado também no mosteiro e, o acaso, diz Hércules Florence "fêz com que ambos fôsem sepultados no mesmo cemitério, em dous carneiros unidos. Isto é — concluiu êle — não separados por um muro de bronze, mas por um muro de tijolos".

Amigo de nossa terra, Alvares Machado convidou a fixar-se aqui o genro, Hércules Florence, protegendo, ainda a Corrêa de Melo, nosso resistente de mérito não menor. Há um curioso documento relativo ao consórcio que o ilustre cirurgião contraiu posteriormente ao nascimento de seus dois filhos, que foram por ordem, de idade: d. Maria Angélica de Vasconcelos Florence, espôsa do cientista nomeado acima e Joaquim Inácio de Vanconcelos Machado, a quem êle legitimou em testamento.

Trata-se da seguinte carta, sensata e discreta como todos os atos do digno cidadão.

"Minha querida filha.

Hoje casei-me com vossa May na igreja da Candelaria, onde somos Parochianos; o acto do casamento, declaramos que vós ereis nossa legitima filha, de que se tomou assento. Foram padrinhos — o Doutor Vergueiro e sua mulher, o doutor Dias de Toledo, como procurador do Paula Sousa e Joaquim Floriano de Toledo, como procurador de Rafael Tobias de Aguiar.

Minha filha, é mister não fazer disto nem bulha, nem alarde; isto deve ser tratado como cousa muito natural, e mesmo como cousa já acontecida; e potisso nada de motins, de festas, etc. Si daqui ha alguma alegria ella deve ser toda domestica, toda passada no seio da familia.

Abraça meus netos e vosso marido e recebei o coração de vossa May, que em lagrimas, vol-o manda, e todo o sentimento do fraternal amor que vos envia

Vosso Pay e amigo,

(a) *Francisco Alvares "Machado" e Vasconcellos.*

Rio de Janeiro, 3 de Outubro de 1834."

Outro documento interessante, ainda de Alvares Machado é uma carta dirigida ao filho, que recebera um prêmio nas cavalhadas de 1846, feitas nesta cidade por ocasião da visita de D. Pedro II, pela primeira vez, a Campinas. E dêste teor:

"Joaquim Ignacio.

Tenho estimado muito o terdes-vos sahido tão bem nas cavalhadas.

Não vos desfaçais do relógio que o Imperador vos deu; é uma prenda do soberano, e as prendas dos soberanos conservam-se toda a vida.

Eu vou indo sempre melhor, mas muito fraco ainda; pretendo sahir para o Rio no dia 16 do corrente e ver se lá convalesço, como da vez passada.

Dae muitas lembranças a minha comadre, vossa mulher, minha bençãam a minha neta e afilhada e você receberá o coração de vosso Pae,

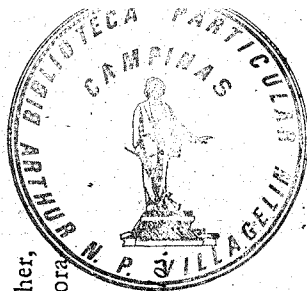
(a) *Francisco Alvares Machado e Vasconcellos.*

São Paulo, 1.º de Abril de 1846."

* * *

Quando foi eleito para a quinta legislatura (1842), não chegou a tomar posse em virtude da revolução liberal de 1842, de que o destacado político foi um dos corifeus.

Em 1845, quando já adoentado e quando falou sobre a lei das eleições, ao discuti-la, dizia êle: "Na minha terra de Campinas, etc. . .", prova de que êle não se olvidára da cidade de Barreto Leme.



"Zabumba", teve ciúmes de Álvares Machado, maximé quando éste tentou ali a primeira operação cirúrgica. O caso passou-se assim: "Uma escrava do dr. José Manuel da Fonseca, o futuro Senador, queimára uma das pernas. Álvares Machado que lhe fêz os primeiros curativos, reconheceu a urgência da amputação do órgão combalido, qui apresentava os primeiros sinais de gangrena. Disse, então, a Fonsêca:

— "Posso operar sua escrava, mas não tenho os ferros precisos. Se o senhor pedisse emprestado os do Zabumba eu faria a operação".

Más êsse émulo seu, interrogado, respondeu furioso:

— "Quem é cirurgião tem os ferros do officio. Os que tenho são para meu uso. Não os empresto".

Álvares Machado não desanimou. Recorrendo a um compadre e amigo, que era Tomaz da Silva Dutra ("Thomaz Ourives", de alcunha e bisavô do illustre poeta e jornalista Hipólito da Silva, nosso conterrâneo falecido), o hábil artífice, ajudado pelo cirurgião, no curto espaço de um dia fêz os instrumentos necessários para a operação, realizada na mesma noite. Infelizmente, era tarde, pois a demora de oito ou dez horas, era tempo para a gangrena desenvolver-se, e a doente morreu.

Outro caso, porém, deparou-se a Álvares Machado para revelar pericia. Havia em Itu um moço de nome Silva, quase cego e pobre. O cirurgião foi vê-lo e propôs-se operá-lo. Tendo feito, préviamente, com Tomaz Ourives um ferro em forma de lâmina de canivete (que sempre conservou depois e mostrava com orgulho), extraiu a catarata ao enfermo, com grande êxito. Silva morreu mais que nonagenário enxergando bem e dispensando o uso de óculos.

Este evento fêz espalhar-se a fama de Álvares Machado e as operações succederam-se.

Certo fazendeiro, chamado Ferraz, também de Itu, fôra desengañado pelos cirurgiões Brochado e Tomé Jacinto. Nosso homenageado produziu o agricultor e disse-lhe:

— "Sr. Ferraz, seus médicos declararam-no incurável. Pois eu me atrevo a fazer-lhe uma operação, que talvez o salve. Pode o senhor morrer na ocasião, mas há probabilidades de êxito, e tenho esperanças. Se quer arriscar-se..."

— "Pois se devo morrer amanhã, que importa morrer hoje?" — replicou o enfermo. "Se espera salvar-me faça a operação".

Tratava-se nada menos de uma ruptura inguinal. Operando Ferraz dela ficou livre, bem como de superveniente moléstia aguda. Isto valeu a Álvares Machado como se fôsse a entrega de um diploma do "proto-me-

O CIRURGIÃO

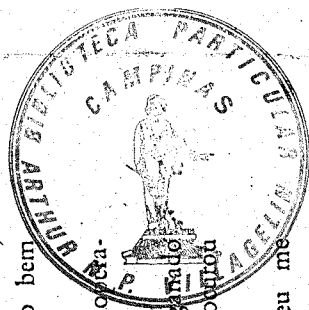
É interessante, primeiro, vulgarizar, o modo curioso pelo qual se tornou Álvares Machado um dos maiores cirurgiões-mores de seu tempo.

De ascendência notável já referida, aos 17 ou 18 anos — diz um biógrafo (Antônio A. Fonsêca), Francisco Álvares assentou praça num dos corpos da guarnição de São Paulo. Fôsse por vocação, fôsse por ser filho de um cirurgião-mor, Joaquim Teobaldo Machado e Vasconcelos, o jovem soldado obteve emprêgo na farmácia e depois no Hospital da Milícia.

Achava-se em Santos, no exercício de suas funções de ajudante de cirurgião, quando se deu o caso do Marinheiro britânico caído no convés de seu navio, e a immediata intervenção de Álvares Machado, que o operou pelo processo do "trepano". Sabe-se que o comandante do barco quis levar para a Europa o audacioso moço e que a isso se opôs o govérno da Capitania (1809). Ora, mais ou menos, por essa época, tendo seu pai um chamado para a Vila de Itu, onde se demorou muito tempo, Álvares Machado, autor de um delicto civil ou militar, fugiu de S. Paulo, foi homiziarse ali, em casa de Josefa de Goes Pacheco, ancestral da illustre família Fonsêca, e hospedetira também de Joaquim Teobaldo.

O filho, naturalmente auxiliava o pai no tratamento dos doentes, revelando-se intelligente e espiituoso. De gênio alegre, gracejava muito e era um fino "causeur", ajunta o biógrafo. Mas, eis que se desenvolve em Itu uma grande epidemia de variola. E como o povo, ignorante, attribuisse sua propagação a interesses egoísticos de Joaquim Teobaldo éste desgostou-se e retirou-se para a séde da Capitania. Álvares Machado, que não podia seguí-lo por causa do delicto, ficou perplexo. Entretanto, um amigo seu e de seu pai, o tenente Manuel Pacheco Gato, veio em auxílio do futuro cirurgião e levou-o para casa, a chamada chácara da "Piedade", e aí o abrigou por longos anos.

Tanto pela tendência, quanto pela prática, já Francisco Álvares era um cirurgião de renome. Os enfermos afluíam à chácara e êle achava continuamente ensejo para exercitar-se. Sua clínica estendeu-se à Vila vizinha a tal ponto que o velho cirurgião de Itu, Tomé Jacinto, vulgo



dicato". Ninguém mais pôs-lhe em dúvida sua competência e habilidade. A prática ia êle juntando a teoria em continuo estudo e adquirindo por esforço próprio profundos conhecimentos que manifestou depois em sua vida parlamentar.

Transferiu-se de Iju para Pôrto Feliz, logo depois contratado como médico de partido...

De Pôrto Feliz veio para Campinas (1828), com a família; aqui eleito deputado foi para S. Paulo e para o Rio (1834) continuando a manter residência em nosso meio. Em tôda a parte procuravam-no os doentes e até dos sertões de Minas pediam-lhe curativos! E nos diferentes lugares onde êle exercitava sua profissão era tido como facultativo de valia. Entretanto, o que mais o notabilizou foi a habilidade com que tratava e extinguia as afecções dos olhos. Em seu tempo ninguém teve mais fama de oculista

* * *

Alvares Machado faleceu em Niterói a 4 de julho de 1846, à uma hora da madrugada, segundo comunicação de seu primo-irmão o Brigadeiro José Joaquim Machado de Oliveira, também deputado, que o desanojou, nomeando uma comissão para representar a Câmara nos funerais.

Deixou viúva d. Cândida Maria de Barros e Vasconcelos, tendo sido o inventário requerido nesta cidade em 26 de setembro de 1846, sendo o cirurgião Cândido Gonçalves Gomide, José Franco de Andrade, Sebastião Xavier de Brito, Joaquim Olinto de Carvalho avaliadores, além do ajudante José de Barros Leite, Serafim Gomes Moreira, Francisco de Paula Antunes e José de Souza Campos. Dentre outras coisas dizia em seu testamento:

"Eu, Francisco Alvares Machado e Vasconcelos, achando-me gravemente enfermo nesta cidade de Niterói, bairro de São Domingos, no meu perfeito juízo, prevendo a morte, etc. Sou natural da cidade de São Paulo, onde nasci em 21 de dezembro de 1791, filho legítimo de Joaquim Theodoro Machado e sua mulher dona Maria Alvares de Cerqueira Bueno. Casado com Maria Cândida Maria de Barros e dêle tive uma filha de nome Maria Angélica de Vasconcelos, casada com Hércules Florence. E um filho natural de nome Joaquim Ignacio de Vasconcelos. Peço que com meu entêrro se faça a só indispensável despesa para salvar a decência."

Rua Alvares Machado

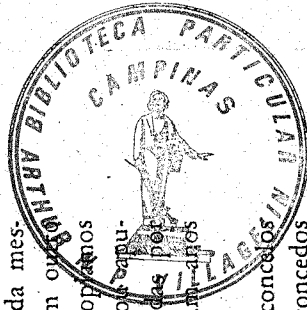
Deixou como testamenteiros primeiro a sua esposa e em seguida seus amigos: Raimundo Alvares dos Santos Prado Leme e Reginaldo de Moraes Sales.

Possuía, dentre outros objetos dignos de curiosidade: uma Comenda do Cruzeiro; uma escrivania de prata com 368 oitavas; três estojos de operação de catarata; livros de Bernardin de Saint Pierre, Bousset, La Bryère; um dicionário da língua Guarani, outro de inglês e francês; livros de Hyppocrates, Brugnattelli, Cuvier, Beranger e mais um termómetro. Deixára uma morada de casas situadas no pátio da Matriz Velha, divisando com José Pedro da Silva e Manuel Saturnino do Amaral, onde está a botica (hoje êsse prédio está anexado ao da Prudência Capitalização, à rua Barão de Jaguará); terrenos todos murados de pedra socada e casas para morada, sendo o terreno uma quadra tôda; mais uma caixa de ferros para "oretra"; duas peças de papel pintado para sala. Possuía, ainda, aqui na Vila, um sítio; bens em Pôrto Feliz; a sua biblioteca foi avaliada em 223\$680, attingindo o monte-mor no inventário a 31:216\$825. Deixou, além do mais uma antiga sesmaria na Vila de Constituição, depois Piracicaba, sendo ella "situada a muitas léguas daqui e que sômente se poderá verificar a avaliação respectiva por pessoas práticas em viagens seguidas em canoas por um rio abaixo, especialmente pelos que na tal direção se tem applicado a caçada, bem como o tenente Joaquim Aranha de Camargo, o capitão João da Cunha Raposo e Eleodoro José de Toledo, pois que não há estrada seguida por terra que desembaraçadamente dê entradas no terreno da mesma, sendo certo que a exceção dêsses três homens apenas haverá um outro que com a necessária diligência lá chegue. "Muito à propósito copiamos este último trecho do testamento de Alvares Machado porque estes e quando que foram essas terras as que posteriormente foram adquiridas por Domingos da Costa Machado, o "Machadinho" e nelas se fundaram depois a cidade actual de Americana.

Além da viúva deixou mais a filha d. Maria Angélica de Vasconcelos Florence, casada com Hércules Florence e Joaquim Inácio de Vasconcelos Machado.

Outra casa que fôra de sua propriedade situava-se à rua do Rosário (Francisco Glicério), avaliada por 3:500\$000; um terreno todo murado, formando uma chacara no largo Carlos Gomes, à rua Boaventura do Amaral, na que mais tarde pertenceu ao padre Miguel e família Vilela.

Quanto à botica no Pátio da Matriz Velha estava ella a cargo de Joaquim Corrêa de Melo, que fôra fazer o curso de farmácia à instâncias do cirurgião, na Côrte do Rio de Janeiro.





Em 3 de agosto de 1846 sua viúva, d. Cândida Maria de Barros Vasconcelos pedia à Câmara que lhe atestasse os serviços prestados nesta cidade ao público, por seu finado marido, na qualidade de médico cirurgião, assim como os serviços prestados como empregado público nos diferentes empregos "o que a edilidade local certificou" ter êle tudo muito bem desempenhado".

D. Cândida Maria faleceu em 1.º de março de 1864, deixando testamento datado de 1.º de setembro de 1851, feito pelo padre Antônio Joaquim de Melo (futuro Bispo), libertos seus escravos Antônio, Caetana, Vicente e Jacob. Quanto a d. Maria Angélica sua filha, faleceu em 1850 e Hércules Florence em 1879; deixando de seu casal digna descendência muita conhecida e acatada. Por sua vez, Joaquim Inácio também constituiu família e ainda existem seus descendentes.

A Câmara Municipal de Campinas querendo honrar a memória do cirurgião deu em 11 de dezembro de 1871, seu nome à rua antigamente chamada Deserta, nas proximidades do atual Mercado Municipal (1959).

(Esta é uma cópia xerográfica das páginas 135 a 148, do Volume 8º da "História da Cidade de Campinas", de autoria do historiador campineiro Jolumá Brito, pseudônimo de João Batista de Sá, editado pela Editôra Sarai va, de São Paulo, em 1959)